

## Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 72/15

fl. 02

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 28/15 D O C U M E N T O № 1846/15

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 780, de 19.12.14, alterada pela Lei Complementar nº 789, de 30.03.15, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, e dá outras providências.

Proc. nº 36114/14

**Art. 1º** - Passam a vigorar com a seguinte redação os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 780, de 19 de dezembro de 2014, alterada pela Lei Complementar nº 789, de 30 de março de 2015:

I - Art. 8°, mantido o inciso I, alterados os incisos II, III e IV, e suprimidos os incisos V, VI, VII e VIII:

"Art. 80 -

II – prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

III – examinar projetos de caráter
 científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

IV – elaborar o seu Regimento Interno."

II - Art. 9°, suprimidos os § § 5° e 8°, mantidos os demais.

III - Art. 10, caput, mantido o parágrafo único:

"Art. 10 – O Conselho reunir-se-á ordinariamente no 5° (quinto) dia útil do mês de março, e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria dos seus membros."



## Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

Mensagem nº 72/15

fl. 03

IV - Art. 11, parágrafo único:

"Art. 11 -

Parágrafo único – O FMDC será gerido pelo Prefeito de São Vicente."

VI - Art. 14, caput, § § 1° e 4°, mantidos os § § 2° e 3°:

"Art. 14 – As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição da Prefeitura Municipal de São Vicente.

 $$1^{\circ}$$  - As empresas infratoras comunicarão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à Prefeitura Municipal de São Vicente os depósitos realizados a crédito do Fundo, com as especificações de origem.

§ 4º O Prefeito de São Vicente encaminhará mensalmente ao PROCON os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, para que sejam afixados em mural de informações à disposição da população."

**Art. 2º** - Esta Lei Complementar entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 15 da lei Complementar nº 780, de 19 de dezembro de 2014.